

Elementos para pensar a literatura afro-brasileira

Claudemir da Silva Paula*

Resumo: A partir das ideias de Azevedo (1975), este ensaio propõe uma reflexão sobre o conceito de literatura afro-brasileira que escape ao modelo eurocêntrico. Questionando a noção equivocada da unicidade dos povos africanos escravizados, sugere uma discussão sobre o senso comum do paradigma conceitual de literatura brasileira, objetivando possibilitar novas formas de compreender as manifestações literárias de pessoas cuja arte não tenha sido legitimada no discurso oficial branco e cujos textos sempre foram estudados a partir das teorias racistas.

Palavras-Chave: literatura; literatura afro-brasileira; tradição; cultura.

Abstract: The text proposes a reflection questioning the mistaken notion uniqueness of the Africans enslaved from Azevedo (1975). Suggest a discussion on the concept of Afro-Brazilian literature that escape to the Eurocentric model, aiming to overcome the common sense of the scholarly work of customary classification paradigm that is considered Brazilian literature, aiming to enable new ways of understanding the literary manifestations of people whose art has not been legitimized in official discourse white and whose texts have always been studied from the racist theories.

Key words: literature, afro-brazilian literature, tradition, culture.

* Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Migração- Gepram
Universidade Federal de Rondônia

Enquanto campo específico de produção literária, a literatura afro-brasileira, ainda que existente e latente desde os primeiros momentos do Brasil-estado-colonizado, foi sempre encarada, a exemplo dos que não pertenciam a classe dos peles claras de poder, como coisa, sem expressividade artística e sem valor cultural. As formas de ser, viver e conviver dos imigrantes de diversas nações africanas nunca foram encaradas como formas diversas, múltiplas e diferentes, por mais que essas tenham servido para orientar os donos de escravos na distribuição pelas suas propriedades, objetivando, a princípio, nunca manter trabalhando, no mesmo espaço, escravizados de locais e línguas próximas. Popularizou-se desde os primeiros momentos de possibilidade de existência do Brasil, um discurso uniformizador que, ao mesmo tempo, ratificava a inexistência da diversidade cultural dos africanos e ressignificava os elementos culturais dos diversos povos e culturas num produto denominado brasileiro. Será exatamente esse modelo de pensar o Brasil que se vai estabelecer como verdade inquestionável, cuja síntese pode ser verificada nas palavras de Darcy Ribeiro (1995).

“A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente.” (RIBEIRO, 1995 p. 20)

Esse conceito sintetizador de povo-nação, que nos faz tão bem e do qual não queremos abrir mão, não somente esconde o processo brutal de negociações, a dinâmica das trocas culturais entre negros, brancos e índios, bem como produz destruição da memória cultural dos povos negros (e indígenas). Do jeito que está estruturado, o conceito brasileiro não nos permite saber, por exemplo, as diferenças óbvias entre as maneiras como africanos e europeus participaram do povoamento das terras, agora denominadas brasileiras, e nem como estes e aqueles nas relações sociais foram se fazendo povo brasileiro. Por outro lado, a coisificação dos africanos, que se sintetizou na cor de pele – preta -, passou a servir de lente para toda e quaisquer produção artística dos homens de cor, nos termos de Azevedo (1975), como se verifica em diversos textos que tentam discutir a existência da literatura afro-brasileira.

A título de exemplo, Azevedo (1975) em “A possibilidade de uma literatura afro-brasileira”, mesmo admitindo a existência de diversos estudos que legitimam representantes “da arte negra e do homem de cor”, uns populares, outros eruditos, argumenta que essas literaturas têm em comum as manifestações estéticas baianas, entendidas como uma expressão autêntica da arte brasileira regional. Azevedo (1975) admite que exista um conjunto de textos tidos como de valor literário, mas não é possível, para o autor, pensar que esses textos sejam qualificados como afro-brasileiros. A análise feita pelo autor, ao estudar o tema, dá-nos uma boa mostra de como é complicado discutir literatura afro-brasileira, partindo dos padrões culturais e estéticos europeus.

Para Azevedo (1975), o primeiro problema dessa análise está no fato de que no Brasil não há uma polarização da população em etnias (africana/luso/indígena/brasileira) e, portanto, não teria como dizer que, em terras brasileiras, tenha se manifestado uma civilização africana, mas sim, uma sociedade cultural

(simbólica) brasileira.

Nenhum investigador encontrou no Brasil grupos de população, minorias ou isolados culturais que tenham, a rigor, em modo permanente e acentuado, alguma configuração idiossincrática como seria a “afro-brasileira”, capaz por isto, de manifestar-se em uma literatura particular (AZEVEDO, 1975, p. 96)

A afirmação do autor segue o princípio genérico de que os africanos arrancados de suas terras pertenciam a um único grupo ou civilização, fato comprovadamente errôneo, conforme nos diz Price & Mintz (2003):

Os africanos que chegaram ao Novo Mundo não compuseram grupos logo de saída. Na verdade, na maioria dos casos, talvez fosse até mais exato vê-los como multidões, aliás, multidões muito heterogêneas. Sem diminuir a importância provável de um núcleo de valores comuns e da ocorrência de situação em que alguns escravos de origem comum podem, efetivamente, haver-se agregado, a verdade é que estas não foram, a princípio, comunidades de pessoas, e só puderam transforma-se em comunidades através de processos de mudanças culturais (PRICE & MINTZ, 2003, p. 37).

A sobrevivência da civilização africana em terras brasileiras seria a condição necessária que justificaria a manifestação literária dos afrodescendentes. Postula-se, dessa forma, que somente os povos capazes de se organizar aos moldes europeus fossem capazes de produzir literatura. A fórmula embebida nas teorias racistas retira do cenário literário brasileiro os grupos de africanos, escravizados ou não, que produziram literatura na época colonial/imperial. Ao introduzir e validar o conceito aglutinador de sociedade brasileira elimina-se, por outro lado, a possibilidade da existência de uma literatura afro, a única possível na época, já que os africanos escravizados formaram comunidades e começaram a compartilhar culturas, na medida e na velocidade que eles mesmos as criavam (PRICE & MINTZ, 2003). Essas culturas não poderiam ser autônomas nos termos nacionalistas (europeu). Não necessariamente porque a condição de escravizado os impedia de ter e de assumir posições de poder e de controlar suas próprias organizações e instituições, mas porque as condições de vida os obrigavam a estar em constantes negociações e trocas culturais, como é próprio ao convívio de populações diversas.

Pretendemos perceber como essa ideia de cultura autônoma traz luz à concepção primeira de que os europeus teriam mais condições de manter e transmitir sua cultura do que os escravizados, já que o europeu representava tradições culturais nacionais e era livre. Por mais que o monopólio do poder e da polícia possibilitassem aos europeus, em certas ocasiões, melhor fidelidade às tradições, do ponto de vista das relações sociais e culturais, “as vantagens da liberdade, das quais desfrutavam os europeus, não tinham como garantir um sucesso maior na transmissão cultural, ainda que a liberdade tenha facilitado em muito a manutenção de certas formas culturais” (PRICE & MINTZ, 2003, p. 9).

Igualmente ao argumento anterior, Azevedo (1975) afirma que não existiu, em terras brasileiras, um sentimento objetivo de negritude, já que a África não foi assumida como um projeto de cultura/ideologia que (re)unisse pensadores e abolicionistas. Além disso, a imprensa negra (sec. XIX) era mais protestária

(de classe) do que movida pelo sentimento africanista. A ausência de um sentimento comum de negritude não foi capaz, na concepção do autor, de produzir uma literatura em defesa da raça, como se observou com o indianismo.

Os escritores, poetas, romancistas, os políticos e líderes de movimentos como a Abolição não desenvolveram, ainda que fossem homens de cor, uma tal ideologia, nem sequer assumiram um separatismo cultural que configurasse uma ideologia como aquela. Antes, ao contrário os principais nomes dentre esses poucas vezes se faziam valer como pertencentes às etnias dos escravos: eram, antes do mais, “brasileiros abolicionistas apenas mais engajados que outros, por sofrerem ou conhecerem as agruras da subalterna condição” (AZEVEDO, 1975, p. 99)

A literatura produzida, diz Azevedo (1975), foi política e abolicionista, somente. Mais uma vez, como nos adverte Price & Mintz (2003), para pensar a cultura africana, que teria entrado em contato com a europeia, o estudioso é obrigado “a postular a existência de uma herança cultural generalizada da África Ocidental, levada para uma dada colônia por africanos de origem diversa” (PRICE & MINTZ, 2003, p. 26). Por essa linha de raciocínio, o conceito de literatura afro-brasileira é pensado a partir de um único ponto de vista: o do embate racial. Um autor ganharia o direito de ser estudado como pertencente à literatura afro-brasileira se seus escritos tivessem caráter abolicionista e se dedicasse aos dramas e defesa da sua raça; ou, se fizesse defensor de uma noção, ainda que utópica, de um sentimento de negritude. A acusação de arte não engajada feita a diversos autores que figuram fora do cânone é uma estratégia pensada pelo poder de uma hegemonia cultural branca que exclui a tentativa de manifestação literária de pessoas cuja arte não tenha sido legitimada no discurso oficial branco. Mesmo que se tenha, na época, uma clara e manifesta proibição de quaisquer tentativas que tendessem a buscar, na herança africana, elementos da história e da memória de afrodescendentes, a ausência desse sentimento comum aos autores garantirá que o cânone literário continue sendo aquele cujas características estejam em conformidade com a maneira ocidental de pensar a literatura. De maneira mais profunda, a exclusão é uma forma de fazer manter as diferenças de *status* e de poder, reforçando as diferenças culturais entre os imigrantes livres brancos e escravizados negros.

Na verdade, nem todos os africanos eram escravos e nem todos os europeus eram livres no Brasil. Mas o africano foi destinado a ser escravizado e o europeu a condição de livre. Assim, a produção da literatura por um afro-brasileiro (de pele preta) não deveria ser aceita como válida porque estaria contrariando a lógica social e colocando em risco o modelo estabelecido de relações raciais. Por outro lado, por mais que o homem negro fizesse literatura nos moldes valorizados pelos legitimadores brancos, certamente seria acusado de querer se fazer branco, fato tido como uma ação criminosa e indevida a um negro.

Se a ideia de negritude baseada no conceito de raça produziu a crença de que a África é culturalmente homogênea, o conceito de literatura, por sua vez, advoga a inexistente homogeneidade africana como condição para ser manifesta na forma de viver das pessoas que de lá foram arrancadas. Para Azevedo (1975), não seria possível falar em cultura afro-brasileira porque as tradições africanas foram dissolvidas e absorvidas na cultura brasileira como um todo. O autor sugere que o que talvez possa ser chamada de literatura afro-brasileira

sejam as produções dos chamados afro-brasileiros (que não constam no cânone literário) e não um tipo especial de produção com sentimentos de negritude. Tal afirmação permite entender que o que se tem de fato é uma literatura brasileira produzida por autores de origem africana.

Convém ponderar sobre esses argumentos. Considerando toda diversidade das histórias pré-coloniais dos povos da África e toda complexidade das experiências coloniais, o que significa dizer que alguém é africano no Brasil? Como então estabelecer padrões para dizer que alguém é afrodescendente? A opção mais comum é adotar o critério distintivo da cor de pele, já que no Brasil a cor se sobrepõe às condições de origem. Esse é um critério extremamente frágil, uma vez que a motivação para a arte e para a produção da literatura, nem sempre tem razões práticas. Além disso, diversos autores pertencentes ao cânone literário brasileiro tiveram suas origens ou cor não declaradas para poder ser aceitos na sociedade racista, a exemplo de Machado de Assis. Outros, mesmo não tendo melanina na pele suficiente para serem chamados de negros, fizeram da temática negra suas paixões literárias.

Pensando essa condição para existência de uma arte literária afro-brasileira, (o da existência de um modelo cultural africano autônomo) somos motivados a acreditar que o que fora transportado para o novo mundo não tenham sido pessoas, mas modelos culturais acabados. Para Appiah (1997), essa é uma forma equivocada de se pensar o processo de transferência cultural, pois o que se transportou para o novo mundo foram as pessoas e com elas conhecimento, informações e crenças e não os sistemas e instituições tradicionais. As instituições foram criadas dentro das necessidades e das condições da escravidão, do desejo da liberdade, da luta contra a discriminação, da vontade de se fazer gente, de ser respeitado. E dentro dessas instituições criadas na escravidão (limitadas por todas as adversidades próprias as condições de exclusão), a arte, certamente, emergiu como elemento recriado, como instituição de manifestação cultural própria. A literatura afro-brasileira foi se fazendo por diversos meios e variadas formas, com nuances e estilos próprios e motivações distintas. Muitas vezes, essa literatura foi mais divergente do que igualitária, em virtude da multiplicidade de valores culturais aos quais os descendentes de africanos estiveram expostos, nas relações cotidianas, seja por causa das origens diversas, seja pelas condições de vidas distintas.

Os argumentos contrários à existência da literatura afro-brasileira evidenciam a dificuldade que se tem de discutir o tema fora do eurocentrismo. Uma autêntica e legítima literatura afro-brasileira (ou até mesmo uma literatura negra brasileira como prefere alguns pensadores) não pode se limitar à produção de descendentes de escravizados ou de pessoas que se fizeram defensores de uma ideologia em favor da defesa da raça. As discussões precisam caminhar noutras direções: a temática, a autoria, o ponto de vista, a linguagem, os estilos de cada época, as formas mais ou menos engajadas, os autores e suas particularidades, estilos e traços comuns e divergentes. Assim, se quisermos romper com essa forma eurocêntrica de conceber a literatura afro-brasileira, não “basta romper com o senso comum vulgar, nem o senso comum douto na sua forma corrente; é preciso romper com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se constituíram” (BOURDIEU, 1989, p. 48).

Todavia, boa parte da discussão sobre a temática da literatura afro-brasileira não busca romper como o senso comum, expressando-se em conceitos raciais: não importa o que os africanos compartilhem e sim o fato de que eles não tinham (e não têm) uma cultura tradicional comum, línguas comuns ou um vocabulário religioso e conceitual comum (APPIAH, 1997). Importa, nesse sentido, discutir as teorias literárias, suas verdades, seus padrões e construir novas verdades, conceitos e teorias, como nos sugere Elias & Scotson (2000):

“as teorias contribuem para construção da realidade social e para iluminar as formas mais gerais da vida social. Ou seja, elas moldam nossa maneira de ver a realidade, ao mesmo tempo, que cria uma realidade específica condicionada por tais parâmetros e conceitos” (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Essa tarefa de construção, não de um conceito em particular do que é literatura afro-brasileira, mas do que se tem por literatura no Brasil não é uma tarefa simples de ser realizada. A participação na cultura dificulta a percepção da realidade subjacente de normas e valores que justificam e mantêm o conceito eurocêntrico do que é literatura. Essas normas e valores naturalizados, ao mesmo tempo em que diz o que é literatura brasileira, também ensina a ter preconceito sobre as formas ditas como não literárias.

Outro ponto importante é que “muitos de nós somos incapazes de abandonar crenças que desempenham um papel na justificação das vantagens especiais que auferimos de nossas posições na ordem social” (APPIAH, 1997, p. 34). Por mais que possamos perceber que existam tratamentos diferenciados para os autores com a mesma qualidade literária, em virtude de sua temática ou da cor de seu autor, nosso comportamento estará limitado pela nossa percepção da estrutura social hierarquizante do nosso país. Mesmo que não tenhamos lúcido esse sentimento, não nos parece válido colocar na mesma categoria escritores de linhagem branca e de linhagem negra. É como se estivessemos quebrando a ordem natural das coisas e que isso, de alguma forma, pudesse afetar a nossa posição social, nos tirando direitos e privilégios. Parece-nos mais apropriado aceitar que as questões a que chamamos de valor estético estejam crucialmente agregadas ao valor de compra e venda conhecido e defendido pelos que atuam no mercado da crítica literária. Validamos, assim, a existência de pessoas autorizadas a dizer coisas sobre literatura afro-brasileira, a priori, alguém produto do mercado (APPIAH, 1997), ao mesmo tempo que associamos os valores negativos históricos atribuídos aos escravizados para estigmatizar aqueles que produziram literatura em desacordo com o modelo estabelecido. Essa estigmatização faz parte de um conjunto de ações que tem por objetivo manter a posição da nossa classe ou raça (mesmo que ideal) auferida na sociedade, como nos ensina Nobeit Elias (2000).

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa condição, “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem desse último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 24). Dessa forma, desqualificar a literatura afro-brasileira não se trata de uma ação individual de tratamento diferenciado em virtude de seus atributos, especialmente, aqueles ligados a cor de pele de seus produtores, mas de uma ação coletiva motivada, cujas raízes estão fincadas no racismo.

Considerando esse paradigma, pensar uma literatura afro-brasileira exige muito mais do que boa vontade ou clareza científica. É necessário ponderar sobre questões mais profundas e urgentes. A primeira delas é que no âmbito brasileiro, “a questão da cor se encontra no entrecruzamento dos mitos fundadores da identidade nacional com as práticas sociais de discriminação e preconceito racial” (PETRUCCELLI, 2007, p. 47), na qual se insere a questão de literatura. Portanto, “o descrédito contemporâneo da noção biológica de raça não diminui seu poder organizador da percepção comum e estruturante da hierarquia social” (PETRUCCELLI, 2007, p. 11). Socialmente, não nos basta negar a existência de diferentes raças para que todos passem a tratar uns aos outros de maneira que a cor não estabeleça influência nas decisões cotidianas. Ainda que se tenha a sensação de que o problema da classificação diferenciada e hierárquica reside nas questões de classe, o fato é que o critério econômico é influenciado por outros mecanismos, especialmente o de cor da pele. Em outras palavras: no Brasil, não se pode escapar do paradigma conceitual de identidade brasileira gestado nos padrões do escravismo e do racismo, cuja cor de pele é uma de suas maiores expressões. Assim, quem é diferenciado pela cor da sua pele, também se utiliza dos mesmos critérios para diferenciar (DAMATTA, 1997) e se estabelecer na escala hierárquica.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que as transferências de territórios provocam mudanças significativas nas características do meio humano e material dos grupos trasladados (PRICE & MINTZ, 2003). Isso implica dizer que a literatura afro-brasileira no decorrer dos séculos, bem como a produção literária nos diversos pontos do país, não pode ser explicada e/ou compreendida a partir das histórias de origens, mas somente pelo estudo sistemático dessas novas situações e condições. Evidenciamos que as gêneses de literatura e os meios de conhecer e sistematizar as formas de ser, resistir e sobreviver dos africanos escravizados (ou não) no Brasil, se impõem como uma necessidade para a atual comunidade acadêmica, sob pena de fragilizar os achados científicos em Ciências Sociais e limitar o alcance do que se postula como literatura brasileira.

Por fim, cumpre explicitar que “contrariamente à difundida crença da tendência à homogeneização do início do século XX, atualmente é consenso entre os especialistas que a miscigenação não elimina a diversidade” (PETRUCCELLI, 2007, p. 78). Perceber como as relações raciais ocorrem no âmbito editorial, acadêmico e científico, por exemplo, é imprescindível para se discutir questões como temática, estilos, linguagens e movimentos literários. Uma maior compreensão das relações raciais nesses ambientes nos permitirá discutir com maior profundidade o caráter abstrato e generalista do conceito de literatura brasileira e as concepções de literatura afro-brasileira. Essa tarefa foi assumida como ciência nos termos de Bourdieu (1989) para quem “a verdadeira ciência, na maior parte das vezes, tem má aparência e, para fazer avançar a ciência, é preciso, frequentemente, correr o risco de não se ter todos os sinais exteriores de cientificidade” (BOURDIEU, 1989, p. 42).

Referências bibliográficas

APPIAH, K. A. **Na casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Thales de. A possibilidade de uma literatura afro-brasileira. In: **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998

DAMATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS & SCOTSON, N. . **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.]

PRICE, Richard; MINTZ, Sidney W. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro. 12. ed. Rio de Janeiro: Pallas-Universidade Cândido Mendes, 2003

PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: Estudo sobre a classificação étnico-racial**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP & A , 2007.

RIBEIRO, Darcy - **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.